

# *A execução extraprocessual do penhor*

## *— os casos particulares dos penhores de acções e de quotas*

DR.<sup>a</sup> CATARINA MONTEIRO PIRES

SUMÁRIO: 1. *Introdução*. 2. *Questões gerais de regime jurídico da execução da garantia pignoratícia*: 2.1. *Apropriação pelo credor pignoratício: pacto comissório proibido e pacto marciano permitido*: 2.1.1. *Condições do pacto marciano*; 2.2. *Alienação do bem ou direito empenhado: a interpretação sistemática do artigo 675.º, n.º 1 do Código Civil e os limites à venda extraprocessual*; 2.3. *Os regimes especiais do penhor mercantil e do penhor financeiro*; 2.4. *A execução extraprocessual de quotas e de acções*: 2.4.1. *Considerações gerais*; 2.4.2. *Os problemas do consentimento da sociedade e do pacto proibitivo de transmissão (lock-up)*; 2.4.3. *Oponibilidade dos direitos de preferência, do direito de opção e do direito de alienação paralela (tag along)*; 2.4.4. *Execução do penhor e insolvência do prestador da garantia*. 3. *Conclusões*.

### **1. Introdução**

A natureza do Direito das garantias — *das garantias especiais das obrigações* — procede, em larga medida, da *desconfiança* do credor quanto à capacidade do devedor para honrar os seus compromissos. Este carácter tem sobressaído ao longo das últimas décadas, marcadas pela crescente sofisticação da relação creditícia (e dos respectivos acessórios) e pela descoberta dos rigores dos ciclos económicos na economia bancária e financeira<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Aludindo mesmo a um «*Direito da crise*», MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito bancário*, Almedina, Coimbra, 2010, p. 145 ss.